

Integral Access Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários Ltda.

**Demonstrações financeiras em
31 de dezembro de 2024**

Conteúdo

Relatório dos auditores independentes sobre as demonstrações financeiras	3
Balancos patrimoniais	6
Demonstrações do resultado	7
Demonstrações do resultado abrangente	8
Demonstrações das mutações no patrimônio líquido	9
Demonstrações dos fluxos de caixa – Método indireto	10
Notas explicativas da Administração às demonstrações financeiras	11



KPMG Auditores Independentes Ltda.

Rua Arquiteto Olavo Redig de Campos, 105, 12º andar - Torre A

04711-904 - São Paulo/SP - Brasil

Caixa Postal 79518 - CEP 04707-970 - São Paulo/SP - Brasil

Telefone +55 (11) 3940-1500

kpmg.com.br

Relatório do auditor independente sobre as demonstrações financeiras

Aos Cotistas e aos Administradores da

Integral Access Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários Ltda.

São Paulo - SP

Opinião

Examinamos as demonstrações financeiras da Integral Access Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários Ltda. ("Distribuidora"), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2024 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o semestre e exercício findos nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo as políticas contábeis materiais e outras informações elucidativas.

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Integral Access Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários Ltda. em 31 de dezembro de 2024, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o semestre e o exercício findos nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil (BACEN).

Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir, intitulada "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras". Somos independentes em relação à Distribuidora, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Responsabilidade da administração pelas demonstrações financeiras

A administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil – Bacen e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações financeiras, a administração é responsável pela avaliação da capacidade da Distribuidora continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a administração pretenda liquidar a Distribuidora ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Responsabilidades dos auditores pela auditoria das demonstrações financeiras

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas, não, uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras.

Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.
- Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas, não, com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Distribuidora.
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração.
- Concluimos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Distribuidora. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Distribuidora a não mais se manter em continuidade operacional.

- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras, inclusive as divulgações e se as demonstrações financeiras representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.

-

Comunicamo-nos com a administração, a respeito, entre outros aspectos, do alcance e da época dos trabalhos de auditoria planejados e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

São Paulo, 31 de março de 2025

KPMG Auditores Independentes Ltda.
CRC 2SP – 027685/O-0 F SP



Thaís de Lima Rodrigues Leandrini
Contadora CRC 1SP280836/O-5

Integral Access Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários Ltda.

Balanços patrimoniais
Em 31 de dezembro de 2024 e 2023

(Em milhares de reais)

	Nota	31/12/2024	31/12/2023		Nota	31/12/2024	31/12/2023
Ativo				Passivo			
Disponibilidades	5	2	2	Outras obrigações		245	137
Instrumentos financeiros		1.166	2.105	Obrigações fiscais		9	112
Títulos e valores mobiliários	6	1.166	2.105	Outros passivos	9	236	25
Rendas a receber		-	501				
Distribuição de fundos	7	-	501				
Ativos Fiscais		141	104	Patrimônio líquido		1.194	2.868
Imposto de renda e contribuição social a recuperar		103	77	Capital social	10	4.000	4.000
Impostos a recuperar		38	27	Prejuízos acumulados		(2.806)	(1.132)
Outros valores e bens		110	266				
Outros valores e bens	8	110	266				
Permanente		20	27				
Imobilizado de uso		20	27				
TOTAL DO ATIVO		1.439	3.005	TOTAL DO PASSIVO E PATRIMONIO LIQUIDO		1.439	3.005

As notas explicativas são partes integrantes das demonstrações financeiras.

Integral Access Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários Ltda.

Demonstrações dos resultados

Semestre findo em 31 de dezembro de 2024 e exercícios findos em 31 de dezembro de 2024 e 2023.

(Em milhares de reais)

	Nota	2º semestre 2024	Exercício 2024	Exercício 2023
Resultado bruto na intermediação financeira	11	71	172	265
Resultado com operações com títulos e valores mobiliários		71	172	265
Outras receitas e despesas operacionais	12	(1.109)	(1.846)	(796)
Receita com prestações de serviços		10	677	2.173
Serviços prestados por terceiros		(523)	(1.301)	(1.612)
Despesas com ocupação		(209)	(409)	(376)
Despesas com vendas		(8)	(8)	-
Despesas com viagens		(89)	(143)	(172)
Despesas tributárias		(16)	(92)	(243)
Depreciação		(18)	(18)	-
Despesas gerais e administrativas		(226)	(449)	(449)
Outras despesas/receitas operacionais		2	(8)	(0)
Despesas financeiras		(32)	(95)	(117)
Resultado antes de tributos		(1.038)	(1.674)	(532)
Imposto de renda e contribuição social	13	-	-	-
Imposto de renda e contribuição social corrente		-	-	-
Prejuízo do semestre/exercício		(1.038)	(1.674)	(532)
Prejuízo por cota		(0,26)	(0,42)	(0,13)

As notas explicativas são partes integrantes das demonstrações financeiras.

Integral Access Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários Ltda.

Demonstrações dos resultados abrangentes
Semestre findo em 31 de dezembro de 2024 e exercícios findos em 31 de dezembro de 2024 e 2023.

<i>(Em milhares de reais)</i>				
	Nota	2º semestre 2024	Exercicio 2024	Exercicio 2023
Prejuízo do semestre/exercicio		(1.038)	(1.674)	(532)
Outros resultados abrangentes do semestre		-	-	-
Resultado abrangente do semestre/exercicio		(1.038)	(1.674)	(532)

As notas explicativas são partes integrantes das demonstrações financeiras.

Integral Access Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários Ltda.

Demonstrações das mutações no patrimônio líquido

Em 31 de dezembro de 2024 e 2023 e 2º semestre de 2024 e 2023

(Em milhares de reais)

	Capital social Subscrito	Prejuízos acumulados	Total
Saldos em 31 de dezembro de 2022	4.000	(600)	3.400
Prejuízo do exercício de 2023	-	(532)	(532)
Saldos em 31 de dezembro de 2023	4.000	(1.132)	2.868
Prejuízo do exercício de 2024	-	(1.674)	(1.674)
Saldos em 31 de dezembro de 2024	4.000	(2.807)	1.193
Saldos em 30 de junho de 2023	4.000	(713)	3.287
Prejuízo do 2º semestre de 2023	-	(418)	(418)
Saldos em 31 de dezembro de 2023	4.000	(1.131)	2.869
Saldos em 30 de junho de 2024	4.000	(1.768)	2.232
Prejuízo do 2º semestre de 2024	-	(1.038)	(1.038)
Saldos em 31 de dezembro de 2024	4.000	(2.806)	1.194

As notas explicativas são partes integrantes das demonstrações financeiras.

Integral Access Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários Ltda.

Demonstrações dos fluxos de caixa - método indireto

Semestre findo em 31 de dezembro de 2024 e exercícios findos em 31 de dezembro de 2024 e 2023.

(Em milhares de reais)

	2º semestre 2024	Exercício 2024	Exercício 2023
Fluxos de caixa das atividades operacionais			
Prejuízo líquido	(1.038)	(1.674)	(531)
Depreciação	18	18	
Prejuízo líquido ajustado	(1.020)	(1.657)	(531)
Variações patrimoniais			
Títulos e valores mobiliários	878	939	628
Distribuição de fundos	-	501	(501)
Outros valores e bens	(39)	156	383
Ativos fiscais	(5)	(38)	(45)
Obrigações fiscais	(1)	(103)	98
Outros passivos	187	211	(24)
Disponibilidades líquidas provenientes das atividades operacionais	(0)	10	9
Fluxo de caixa nas atividades de investimento			
Aquisição de ativo imobilizado	-	(11)	(7)
Disponibilidades em atividades de investimento	-	(11)	(7)
Aumento (redução) do caixa e equivalentes de caixa	(0)	(1)	1
Demonstração da redução do caixa e equivalentes de caixa			
No início do semestre/ exercício	2	2	2
No fim do semestre/ exercício	2	2	2
Aumento (redução) do caixa e equivalentes de caixa	(0)	0	(0)

As notas explicativas são partes integrantes das demonstrações financeiras.

Notas explicativas da Administração às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2024

(Em milhares de Reais, exceto o valor nominal por cota)

1 Contexto operacional

A empresa Integral Access Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários Ltda. ("Distribuidora"), sociedade por cotas de responsabilidade limitada, com sede na Avenida Brigadeiro Faria Lima, 1.663, 3º andar, CEP 01.452-001, bairro Jardim Paulistano, Cidade de São Paulo/SP, tem como objeto social a prática de operações inerentes às distribuidoras de títulos e valores mobiliários de acordo com a regulamentação emitida pelo Banco Central do Brasil – BACEN e pela Comissão de Valores Mobiliários – CVM nas suas respectivas áreas de competência.

A Distribuidora foi constituída em 24 de setembro de 2019. A autorização de funcionamento da Distribuidora pelo Banco Central ocorreu em 26 de novembro de 2019.

A Distribuidora vem apurando prejuízos operacionais recorrentes em seus demonstrativos financeiros decorrentes de redução de seus contratos de prestação de serviços.

Importante mencionar que a estratégia da Administração para a Distribuidora para os próximos exercícios se baseia em dois pilares:

- i) Obtenção de novos contratos de serviços, por meio de novos Fundos de investimentos que estão em fase de registro na CVM;
- ii) Inserção de novo produto de serviços, que consiste na intermediação de compra e venda de cotas de Fundos.

Importante ressaltar que a Distribuidora está inserida no Grupo Integral ("Grupo"), e com isso todas as decisões estratégicas são tomadas no nível do Grupo.

Os acionistas comprometem-se a realizar aportes financeiros na Distribuidora caso haja a necessidade, garantindo sua estabilidade e continuidade operacional.

Esse compromisso visa fortalecer a estrutura financeira, apoiar investimentos estratégicos e assegurar o cumprimento das obrigações da Distribuidora.

A decisão de aporte será feita conforme as necessidades identificadas e dentro das diretrizes estabelecidas pelos acionistas.

2 Apresentação das demonstrações financeiras

As demonstrações financeiras da Distribuidora foram elaboradas e estão sendo apresentadas com base nas práticas contábeis emanadas da legislação societária brasileira, considerando a partir do exercício de 2008 as alterações introduzidas pela Lei nº 11.638/07 e pela Medida Provisória nº 449/08, posteriormente convertida na Lei nº 11.941/09, o Novo Código Civil Brasileiro, no que trata sobre sociedades limitadas, e normas e instruções do Banco Central do Brasil – BACEN, e são apresentadas em conformidade com o Plano Contábil das Instituições do Sistema Financeiro Nacional (COSIF).

As demonstrações financeiras foram elaboradas no curso normal dos negócios, com base na continuidade operacional, que pressupõe que a Distribuidora conseguirá cumprir suas obrigações de pagamentos pelo menos pelos próximos 12 (doze) meses.

A autorização para conclusão e emissão destas demonstrações financeiras foi dada pela diretoria da Distribuidora em 31 de março de 2025.

3 Segregação entre curto e longo prazo

A administração tem expectativa de realização de seus ativos e passivos de curto e longo prazo conforme abaixo:

	31/12/2024	Circulante	Não circulante	31/12/2023	Circulante	Não circulante
ATIVO						
Disponibilidades	2	2	-	2	2	-
Instrumentos financeiros	1.166	1.166	-	2.105	897	1.208
Rendas a receber	-	-	-	501	501	-
Ativos Fiscais	141	141	-	104	104	-
Outros valores e bens	110	-	110	266	241	25
Permanente	20	-	20	27	-	27
TOTAL DO ATIVO	1.439	1.309	130	3.005	1.745	1.260
	31/12/2024	Circulante	Não circulante	31/12/2023	Circulante	Não circulante
PASSIVO						
Outras obrigações	245	245	-	136	137	-
Patrimônio líquido	1.194	-	1.194	2.869	-	2.868
TOTAL DO PASSIVO	1.439	245	1.194	3.005	137	2.868

4 Resumo das políticas contábeis materiais

a. Moeda funcional e de apresentação

As demonstrações financeiras estão apresentadas em Reais, que é a moeda funcional da Distribuidora.

b. Caixa e equivalentes de caixa

São representados por disponibilidades em moeda nacional, moeda estrangeira e aplicações em operações compromissadas – posição bancada e aplicações em depósitos interfinanceiros, cujo vencimento das operações na data da efetiva aplicação seja igual ou inferior a 90 dias e apresentam risco insignificante de mudança de valor de mercado.

c. Títulos e valores mobiliários

São registrados pelo custo de aquisição e apresentados no Balanço Patrimonial conforme a Circular BACEN nº 3.068, sendo classificados de acordo com a intenção da Administração nas categorias de: “Títulos para negociação”, relativo a títulos adquiridos com o propósito de serem ativos e frequentemente negociados, sendo classificados no circulante e ajustados pelo seu valor de mercado em contrapartida ao resultado do período, “Títulos disponíveis para venda”, que não se enquadram como para negociação

nem como para mantidos até o vencimento, são ajustados pelo seu valor de mercado em contrapartida à conta destacada do patrimônio líquido, deduzidos dos efeitos tributários e “Títulos mantidos até o vencimento”, para os quais haja capacidade financeira para sua manutenção em carteira até o vencimento, e que são registrados pelo custo de aquisição, acrescidos dos rendimentos auferidos em contrapartida ao resultado do período.

d. Rendas a receber

São registrados pelo valor a receber relativo a emissão de faturas de prestação de serviços efetuados pela Distribuidora.

e. Outros valores e bens

Outros valores e bens é composto pelas despesas antecipadas que representam os pagamentos antecipados, cujos direitos de benefícios ou prestação de serviços ocorrerão em períodos futuros, sendo registradas no resultado de acordo com o regime de competência.

f. Outras obrigações

Demonstrado pelos valores conhecidos ou calculáveis, acrescidos, quando aplicável, dos encargos e variações monetárias incorridos.

g. Apuração de resultado

As receitas e despesas são reconhecidas pelo regime de competência.

h. Imposto de renda e contribuição social

A provisão para imposto de renda é constituída com base no lucro contábil, ajustado pelas adições e exclusões previstas na legislação fiscal, à alíquota de 15%, acrescida de adicional de 10% sobre o lucro tributável excedente a R\$ 20 no mês ou R\$ 240 no exercício (R\$ 120 no semestre).

Impostos diferidos ativos são reconhecidos na extensão em que seja provável que o lucro futuro tributável esteja disponível para ser utilizado na sua compensação, com base em projeções de resultados futuros elaboradas e fundamentadas em premissas internas e em cenários econômicos futuros que podem, portanto, sofrer alterações.

i. Permanente

Imobilizado de uso: corresponde aos bens e direitos que tenham por objeto bens corpóreos destinados à manutenção das atividades da Distribuidora ou exercidos com essa finalidade. Em atendimento a Resolução CMN nº 4.535, os novos imobilizados são reconhecidos pelo valor de custo. A depreciação do imobilizado é calculada e registrada com base no método linear, considerando taxas que contemplam a vida útil e econômica dos bens.

j. Resultado não recorrente

A Resolução BCB nº 2, em seu art.34 estabelece que as instituições financeiras devem evidenciar a apresentação dos resultados recorrentes e não recorrentes de forma segregada. O resultado não recorrente é o resultado que:

Não esteja relacionado ou esteja relacionado incidentalmente com as atividades típicas da instituição; e

Não esteja previsto para ocorrer com frequência nos exercícios futuros.

Durante os exercícios de 2024 e 2023 não ocorreram resultados não recorrentes.

k. Lucro por cota

É calculado com base no valor do lucro líquido do exercício ou semestre, dividido pela quantidade de cotas em circulação nas datas dos balanços.

5 Caixa e equivalentes de caixa

Os caixas e equivalentes de caixa em 31 de dezembro de 2024 e 2023 estão assim representados por depósitos à vista:

	31/12/2024	31/12/2023
Caixa e equivalentes de caixa		
Banco Itaú	1	1
Banco Paulista	1	-
Banco Daycoval	-	1
	<u>2</u>	<u>2</u>

6 Títulos e valores mobiliários

Os títulos e valores mobiliários em 31 de dezembro de 2024 e 2023 estão assim representados:

Descrição	31/12/2024		
	Custo atualizado	Valor de mercado	Vencimento
Títulos para negociação			
Livres			
Certificados de depósitos bancários	55	55	11/12/2029
Fundos referenciados (a)	296	741	
Fundos de renda fixa (b)	181	370	
	<u>532</u>	<u>1.166</u>	
Descrição	31/12/2023		
	Custo atualizado	Valor de mercado	Vencimento
Títulos para negociação			
Livres			
Certificados de depósitos bancários	233	233	26/12/2028
Fundos referenciados (a)	928	1.431	
Fundos de renda fixa (b)	250	441	
	<u>1.411</u>	<u>2.105</u>	

a) Fundos referenciados

31/12/2024			
Descrição	Valor de mercado	Quantidade de quotas	Valor unitário das quotas
Trust DI	371	946,63704	391,953983
Mega DI	370	9.238,19103	40,0274360
	741		
31/12/2023			
Descrição	Valor de mercado	Quantidade de quotas	Valor unitário das quotas
Trust DI	445	1.263,39921	352,022238
Mega DI	441	12.093,63685	36,4838070
Daycoval Titulos Publicos	545	410.659,80654	1,32501383
	1.431		

Os fundos acima investem majoritariamente em ativos de renda fixa e ativos indexados ao D.I.

b) Fundo de renda fixa

31/12/2024			
Descrição	Valor de mercado	Quantidade de quotas	Valor unitário das quotas
Mix Cp	370	10.925,88188	33,9034450
	370		
31/12/2023			
Descrição	Valor de mercado	Quantidade de quotas	Valor unitário das quotas
Mix Cp	441	14.525,11987	30,3031460
	441		

7 Distribuição de fundos

Em 31 dezembro de 2024 e 2023, o saldo de distribuição de fundos está assim apresentado:

	31/12/2024	31/12/2023
Contas a receber pela prestação de serviços		
Pamplona	-	471

Banco BMG	-	30
	-	501

A Distribuidora recebeu a totalidade do saldo apresentado em 31 de dezembro de 2023 em contas a receber em janeiro de 2024. A natureza da prestação de serviços refere-se a distribuição de fundos e consultorias.

8 Outros valores e bens

A Distribuidora divide o espaço físico com outras duas empresas do grupo. Devido a esta divisão de espaço as empresas firmaram um contrato de compartilhamento de despesas definindo assim uma métrica das áreas comuns que são utilizadas para cada CNPJ.

A Integral Investimentos Ltda., empresa que suporta mensalmente as despesas comuns recebeu da Integral Access Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários o montante de R\$ 600 para suportar despesas de aluguel, condomínio e IPTU relativo a 22 meses de utilização do espaço, contados à partir de 1º de julho de 2020, com término em maio de 2022.

Com o término do primeiro contrato, a Integral Access Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários antecipou o montante de R\$ 940, para suportar 30 meses de aluguel, condomínio e IPTU, terminando em julho de 2024 e à partir desta data, com o término da antecipação a Distribuidora passou a registrar um passivo relativo a esta mesma despesa, vide nota explicativa 9.

O saldo de outros valores e bens em 2024 é relativo a despesas pagas em nome de clientes, que serão reembolsadas no futuro.

	<u>31/12/2024</u>	<u>31/12/2023</u>
Outros valores e bens		
Outros valores e bens Adiantamento de despesas fixas	-	241
Outros valores e bens - Pagamentos em nome de clientes	<u>110</u>	<u>25</u>
Outros valores e bens – Curto prazo	-	241
Outros valores e bens - Longo prazo	110	25

9 Outros passivos

Os outros passivos da Distribuidora em 31 de dezembro de 2024 e 2023 estão assim representados:

	<u>31/12/2024</u>	<u>31/12/2023</u>
Outros passivos		
Propaganda e publicidade	4	1
Serviços técnicos especializados (a)	40	23
Aluguel/condomínio/IPTU (b)	186	-
Material de informática e processamento	<u>6</u>	<u>1</u>

236

25

- (a) Serviços técnicos especializados se resumem em serviços de contabilidade, consultoria e processamento de dados.
(b) Despesas com aluguel, condomínio e IPTU, rateados entre as empresas do grupo, conforme descrito na nota 8.

10 Patrimônio líquido

a. Capital social

O capital social no exercício findo em 31 de dezembro de 2024 e 2023 está composto por R\$ 4.000, representado por 4.000.000 de cotas, com valor nominal de R\$ 1,00 (um real) cada, sem alteração no semestre e exercício.

b. Distribuição de lucros

O contrato social da Distribuidora não estabelece a obrigatoriedade de haver distribuição de lucros mínimos anuais. Os lucros apurados poderão ser distribuídos aos cotistas desproporcionalmente à participação dos mesmos no capital social da Distribuidora, conforme deliberação a ser tomada em reunião de sócios convocada para esse fim.

c. Reserva Legal

A reserva legal deve ser constituída obrigatoriamente a base de 5% sobre o lucro líquido do exercício, limitada a 20% do capital social.

d. Reserva especial de lucros

Destinada a futuro aumento do Capital social e constituída após a destinação da reserva legal e dividendos quando distribuídos.

11 Resultado com títulos e valores mobiliários

A Distribuidora auferiu as seguintes receitas com títulos e valores mobiliários:

	<u>2º semestre 2024</u>	<u>31/12/2024</u>	<u>31/12/2023</u>
Receitas com títulos e valores mobiliários	74	180	277
(-) Impostos sobre títulos e valores mobiliários	<u>(3)</u>	<u>(8)</u>	<u>(12)</u>
	<u><u>71</u></u>	<u><u>172</u></u>	<u><u>265</u></u>

12 Outras receitas e despesas operacionais

	<u>2º semestre 2024</u>	<u>31/12/2024</u>	<u>31/12/2023</u>
Receita com prestação de serviços (a)	10	677	2.173
Serviços prestados por terceiros (b)	(523)	(1.301)	(1.612)

Despesas com aluguel, condomínio e IPTU	(209)	(409)	(376)
Despesas com vendas	(8)	(8)	-
Despesas com viagens	(89)	(143)	(173)
Despesas tributárias	(16)	(92)	(243)
Depreciação	(18)	(18)	-
Despesas gerais e administrativas (c)	(226)	(449)	(448)
Outras despesas/receitas operacionais	2	(8)	-
Despesas financeiras	(32)	(95)	(117)
	<u>(1.109)</u>	<u>(1.846)</u>	<u>(796)</u>

a. Receita com prestação de serviços

A receita com prestação de serviços é composta em sua totalidade por serviços de assessoria e consultoria.

b. Serviços prestados por terceiros

Os serviços prestados por terceiros são serviços técnicos especializados contratados pela distribuidora.

	<u>2º Semestre 2024</u>	<u>31/12/2024</u>	<u>31/12/2023</u>
Licença de uso de software	63	139	99
Assessoria técnica	180	630	892
Assessoria jurídica	158	333	475
Auditoria	82	121	74
Contabilidade	25	46	42
Serviços técnicos informática/cadastros	15	32	30
	<u>523</u>	<u>1.301</u>	<u>1.612</u>

c. Despesas gerais e administrativas

Ao longo do exercício de 2024, a Distribuidora empenhou R\$ 449 (R\$ 449 no exercício de 2023) em feiras, eventos e brindes para clientes.

13 Imposto de renda e contribuição social

	<u>2º semestre 2024</u>	<u>31/12/2024</u>	<u>31/12/2023</u>
Prejuízo antes do IR/CS	(1.038)	(1.674)	(531)
	<u> </u>	<u> </u>	<u> </u>
CSLL do semestre/exercício	-	-	-

IRPJ do semestre/exercício	-	-	-
Total IRPJ e CSLL	-	-	-

A Distribuidora possui créditos tributários não ativados conforme demonstrado no quadro abaixo em razão de não atender os critérios de constituição:

DATA	SALDO PREJUÍZO FISCAL	CRÉDITO FISCAL ESTIMADO
31/12/21	401	160
31/12/22	819	328
31/12/23	1.237	495
31/12/24	2.911	1.164

14 Instrumentos financeiros derivativos

A Distribuidora não efetuou operações com instrumentos financeiros derivativos durante o semestre e exercício findos em 31 de dezembro de 2024 e 2023.

15 Transações com partes relacionadas

A Distribuidora realizou a transação com parte relacionada divulgado no nota explicativa nº 8.

16 Gerenciamento de riscos

O nível de risco aceitável na condução dos negócios é definido pela Alta Administração da Distribuidora e foi desenvolvida considerando a natureza das operações, a complexidade dos serviços oferecidos e a dimensão de sua exposição a riscos.

a. Risco de mercado

A estrutura de gerenciamento contínuo e integrado de riscos da Distribuidora possui procedimentos para identificação dos riscos de mercado que levam em consideração a possibilidade de ocorrência de perdas resultantes da flutuação nos valores de mercado de instrumentos detidos pela instituição, o risco da variação das taxas de juros e dos preços de ações, para os instrumentos classificados na carteira de negociação; e o risco da variação cambial e dos preços de mercadorias (commodities), para os instrumentos classificados na carteira de negociação ou na carteira bancária.

Os riscos de mercado estão relacionados a prejuízos potenciais decorrentes de mudanças em fatores de risco como taxas de juros e de câmbio, índices e preços. A Distribuidora faz a gestão desses riscos buscando otimizar a relação risco-retorno através de modelos internos e uso de ferramentas de gestão baseadas nas melhores práticas adotadas pelo mercado. Além disso, emprega-se uma política conservadora na administração das exposições a riscos de mercado, supervisionando e controlando de forma independente. O gerenciamento de risco de mercado é efetuado de forma centralizada, por área

administrativa que mantém independência com relação à mesa de operações. A Distribuidora encontra-se apta a atender às exigências da Resolução CMN nº 4.557/17, que trata da estrutura de gerenciamento dos riscos e a estrutura de gerenciamento de capital.

b. Risco de liquidez

A estrutura de gerenciamento contínuo e integrado de riscos da Distribuidora possui procedimentos para identificação dos riscos de liquidez, definidos na Política de Gerenciamento Integrado de Riscos e Gerenciamento de Capital como (i) a possibilidade de a instituição não ser capaz de honrar eficientemente suas obrigações esperadas e inesperadas, correntes e futuras, incluindo as decorrentes de vinculação de garantias, sem afetar suas operações diárias e sem incorrer em perdas significativas; ou (ii) a possibilidade de a instituição não conseguir negociar a preço de mercado uma posição, devido ao seu tamanho elevado em relação ao volume normalmente transacionado ou em razão de alguma descontinuidade no mercado.

A Distribuidora possui apetite baixo para risco de liquidez, e tem como costume alocar seu capital em ativos com liquidez diária, para reduzir o risco de não ser capaz de honrar eficientemente suas obrigações esperadas e inesperadas, correntes e futuras, ou de não conseguir negociar a preço de mercado uma posição. A Distribuidora atua somente na estruturação e administração de fundos fechados, de modo que não está exposta a risco de liquidez relacionado ao passivo dos fundos, que se constitui na base de cotistas dos fundos. Dessa forma, o apetite de riscos da instituição para risco de liquidez é declarado como baixo, pois entende que a manutenção da liquidez é crucial para a continuidade e suficiência de capital da instituição.

Para mensurar e avaliar os riscos de liquidez, a Distribuidora se vale de simulações extremas de mercado (testes de estresse), baseados em análises de sensibilidade. A gestão dos riscos de liquidez verifica a ocorrência de desequilíbrios entre ativos negociados e passivos exigíveis e, portanto, descasamentos entre pagamentos e recebimentos, que possam afetar a capacidade de pagamento da Distribuidora, levando em conta as diferentes moedas e os prazos de liquidação de seus direitos e obrigações.

c. Risco operacional

A Distribuidora possui procedimentos para gerenciar o risco operacional, definidos como a possibilidade da ocorrência de perdas resultantes de eventos externos ou de falha, deficiência ou inadequação de processos internos, pessoas ou sistemas, sendo que estes riscos são agrupados em subcategorias, detalhadas na Política de Gerenciamento Integrado de Riscos e Gerenciamento de Capital.

Os procedimentos consistem na identificação dos riscos e na implementação de mecanismos de controles específicos para cada um, que incluem critérios de seleção de pessoal, diretrizes de segurança da informação delineadas em política própria, instalações físicas e lógicas de trabalho adequadas, programas de treinamento compreensivos, apólices de seguro empresarial, fiscalização de prestadores de serviço, sistemas especializados para atividades críticas e rotinas operacionais adequadas. A atividade de Auditoria Interna é terceirizada para uma empresa especializada com larga experiência em controles internos.

A Distribuidora também possui uma estrutura de governança de tecnologia da informação consistente com os níveis de apetite por riscos estabelecidos na RAS, além de possuir sistemas, processos e infraestrutura que asseguram integridade, segurança e disponibilidade dos dados e dos sistemas de informação utilizados; são robustos e adequados às necessidades e às mudanças do modelo de negócio,

tanto em circunstâncias normais quanto em períodos de estresse; e incluem mecanismos de proteção e segurança da informação com vistas a prevenir, detectar e reduzir a vulnerabilidade a ataques digitais.

Para mensurar e avaliar os riscos operacionais, a Distribuidora se vale de simulações extremas de mercado (testes de estresse), baseados em análises de sensibilidade.

Foram desenvolvidas ações visando à implementação de estrutura de gerenciamento de risco operacional, em conformidade com a Resolução CMN nº 4.557/17, que alcançam o modelo de gestão, o conceito, as categorias e a política de risco operacional, os procedimentos de documentação e o armazenamento de informações e os relatórios de gerenciamento do risco operacional, visando a diminuir ao máximo a possibilidade de fraudes e falhas relacionadas ao negócio, às pessoas e aos processos envolvidos, incluindo os riscos legais associados à inadequação ou à deficiência dos contratos firmados pela Distribuidora, bem como as sanções em razão do descumprimento de dispositivos legais e a indenizações por danos a terceiros decorrentes das atividades desenvolvidas.

d. Risco Socioambiental

A Distribuidora possui Política de Responsabilidade Socioambiental (“PRSA”), com a finalidade de reunir os princípios, diretrizes e recomendações de natureza socioambiental que norteiam as ações nos negócios e na relação com seus clientes, contrapartes, usuários dos produtos e serviços oferecidos pela Distribuidora, a comunidade interna à sua organização e as demais pessoas que sejam impactadas por suas atividades. A PRSA foi fundamentada nos princípios da relevância e da proporcionalidade, os quais consideram o grau de exposição ao risco socioambiental das atividades e das operações da empresa, bem como a compatibilidade da PRSA com a natureza da empresa e com a complexidade de suas atividades e de seus serviços e produtos.

As mudanças ambientais e sociais às quais as empresas estarão expostas nos próximos 20 anos trarão riscos e oportunidades na busca do desenvolvimento sustentável. Tendo isso em vista, a PRSA tem como seus principais objetivos:

- a) Assegurar o comprometimento sustentável da Distribuidora, levando em consideração o nível dos riscos sociais e ambientais aos quais ela está exposta e de complexidade de suas atividades, serviços e produtos;
- b) Estabelecer princípios e diretrizes que norteiam as atividades da Distribuidora com relação às ações de natureza socioambiental nos negócios e sua relação com as partes relacionadas, tais como os clientes e usuários de seus produtos e serviços, comunidade interna formada pelos colaboradores, comunidade externa formada pelos fornecedores e outras partes interessadas possíveis de serem impactadas por suas atividades;
- c) Estabelecer uma estrutura de governança adequada para a implementação das ações estratégicas através de processos internos que permitam identificar, avaliar, mitigar e prevenir riscos socioambientais inerentes às atividades e operações da instituição; e
- d) Incentivar, promover e ampliar medidas de boas práticas socioambientais, de forma a contribuir para o desenvolvimento sustentável.

Em cumprimento aos objetivos acima mencionados, a Distribuidora divulgará seu posicionamento perante as partes interessadas e fará avaliação periódica da eficiência da PRSA.

17 Passivos contingentes

A Distribuidora não é parte de processos ou discussões judiciais em 31 de dezembro de 2024 e 2023.

18 Limite operacional (acordo de Basileia)

As instituições financeiras têm que manter patrimônio de referência mínimo de 10,5% dos seus ativos, ponderados por graus de risco às exposições conforme regras e instruções do BACEN. A Distribuidora estava enquadrada nos limites de capital estabelecidos pelos normativos em vigor com um total de 27,93% em 31 de dezembro de 2024 (79,96% em 31 de dezembro de 2023).

19 Novas normas, revisões e interpretações emitidas que ainda não estavam em vigor em 31 de dezembro de 2024

- **Resolução CMN nº 4.966**

Dispõe sobre os conceitos e os critérios contábeis aplicáveis a instrumentos financeiros, bem como para a designação e o reconhecimento das operações de hedge, substitui entre outras normas a Resolução nº 2.682, a Resolução nº 3.533, a Circular nº 3.068 e a Circular nº 3.082.

I- Classificação e Mensuração - Ativos Financeiros

A Resolução BCB nº 352/23 traz um novo tratamento para classificação e mensuração de ativos financeiros, no qual a entidade deve fundamentar no modelo de negócio que reflita como a Organização gerencia os seus ativos, com o objetivo de gerar fluxos de caixa e o Teste SPPJ, que avaliará as características dos fluxos de caixa e orientará na classificação dos ativos financeiros.

Os ativos financeiros serão classificados em uma das três categorias de mensuração descritas a seguir:

- **Custo amortizado:** Ativos financeiros que são mantidos para coleta de fluxos de caixa contratuais, os quais representam somente o pagamento do principal e juros em datas especificadas. Estes ativos são ajustados por qualquer expectativa de perda de crédito.
- **Valor Justo por meio de Outros Resultados Abrangentes (VJORA):** Ativos financeiros que são mantidos para coleta de fluxos de caixa contratuais para venda, os quais representam somente o pagamento de principal e juros. Alterações no valor justo destes ativos são registradas em outros resultados abrangentes, exceto pelo reconhecimento de impairment, receita de juros, dividendos e variação cambial que são reconhecidos diretamente no resultado do exercício (exceto variação cambial relativo a instrumentos patrimoniais nos quais a instituição tenha utilizado a faculdade prevista no artigo nº 6 da resolução BCB nº 352/23).
- **Valor Justo por meio do Resultado (VJR):** Ativos financeiros que não atendem aos critérios para serem mensurados ao custo amortizado ou VJORA e demais ativos para negociação ou geridos na base do valor justo.

No reconhecimento inicial de instrumentos patrimoniais de outra entidade, não houve designação na categoria valor justo em outros resultados abrangentes. Adicionalmente, no reconhecimento inicial de ativos financeiros, também não houve a designação na categoria valor justo no resultado, com o objetivo de eliminar ou reduzir significativamente inconsistência de mensuração ou de reconhecimento contábil que possa ocorrer em decorrência da mensuração em bases diferentes de ativos ou passivos, cuja avaliação conjunta faça parte de estratégia já existente no reconhecimento

inicial, ou do reconhecimento de ganhos e perdas nesses ativos.

II- Classificação – Passivos Financeiros

A Resolução BCB nº 352/23 define que:

Os passivos financeiros devem ser classificados na categoria custo amortizado, exceto caso sejam:

I - Derivativos que sejam passivos, os quais devem ser classificados na categoria valor justo no resultado;

II - Passivos financeiros gerados em operações que envolvam empréstimo ou aluguel de ativos financeiros, os quais devem ser classificados na categoria valor justo no resultado;

III - Passivos financeiros gerados pela transferência de ativo financeiro, que devem ser mensurados e reconhecidos conforme os critérios de baixa e da transferência de passivos financeiros.

IV - Compromissos de crédito e créditos a liberar, que devem ser reconhecidos e mensurados considerando os seus respectivos aspectos de provisão para perdas esperadas associadas ao risco de crédito.

V - Garantias financeiras prestadas, que, após o reconhecimento inicial, devem ser mensuradas pelo maior valor entre:

- a) a provisão para perdas esperadas associadas ao risco de crédito;
- b) o valor justo no reconhecimento inicial menos o valor acumulado da receita reconhecida de acordo com a regulamentação específica.

É vedada a reclassificação de passivos financeiros.

III- Transição

As mudanças nas políticas contábeis resultantes da adoção da Resolução BCB nº 352/23 foram aplicadas prospectivamente na data de aplicação inicial:

– A Organização optou pela isenção facultada pela Norma de não reapresentar informações comparativas de períodos anteriores decorrentes das alterações na classificação e mensuração de instrumentos financeiros nas demonstrações financeiras referentes aos períodos do ano de 2025.

A Administração avaliou e concluiu que não houve impactos pela adoção dos critérios contábeis estabelecidos pela Resolução BCB nº 352/23.

20 Eventos subsequentes

A Administração da Distribuidora efetuou a análise dos eventos subsequentes e não identificou transações ou eventos subsequentes que gerassem impacto nas demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2024.

* * *

Vitor Guimarães Bidetti
Administrador
CPF: 064.631.608-73

Rodrigo Cereza Menocci
Contador
CRC 1SP291209/ O-3